



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

AMANDA CORDEIRO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO
CONTEXTO ESCOLAR**

GUARABIRA-PB

2024

AMANDA CORDEIRO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO
CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao curso de Pedagogia, da Universidade
Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito à
obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira

GUARABIRA-PB

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Amanda Cordeiro da.
A importância da Língua Brasileira de Sinais (libras) no contexto escolar [manuscrito] / Amanda Cordeiro da Silva. - 2024.
52 f.
Digitado.
Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira, Departamento de Educação - CH".
1. Educação inclusiva. 2. Libras. 3. Surdos. 4. Ouvintes. 5. Educação infantil. I. Título
21. ed. CDD 371.912

AMANDA CORDEIRO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO
CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado no curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual da Paraíba, Campus III,
como requisito à obtenção do grau de
licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial e
Inclusiva.

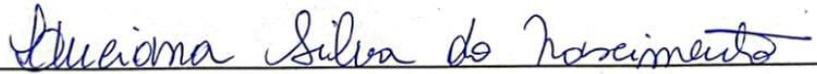
Aprovada em: 13/11/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira (Orientador)

Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Luciana Silva do Nascimento (Examinadora)

Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Mônica Fátima Guedes de Oliveira (Examinadora)

Universidade Estadual Da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho aos meus pais, que, com muita luta, me mostraram que a educação era o meio para um futuro promissor.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Virgem Santíssima, por sempre terem me orientado nos caminhos do bem, da perseverança, da fé e por me darem forças nos momentos incertos.

À minha família, que sempre me apoiou e me deu todo suporte para seguir os estudos.

À minha filha (Maria Aurora), por tornar meus dias mais leves com seu sorriso e olhinhos brilhantes, a minha maior fonte de força e amor.

Ao meu quinteto, pelos momentos de riso, leveza e fofocas. Eles foram cruciais para tirar o peso e a responsabilidade que encontrei neste percurso.

A todos os amigos que fiz durante a graduação, assim como aos amigos de longa data, que, de alguma forma, contribuíram, seja com uma palavra, um conselho ou um abraço nesta minha trajetória.

A todos os professores da Universidade Estadual da Paraíba do Curso de Pedagogia, que contribuíram com minha formação.

Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira, que soube entender e respeitar cada fase difícil que eu passei, sendo compreensivo e amigo. Enfim, a todos aqueles que, de algum modo, cooperaram com minha formação acadêmica.

“Libras é uma expressão do coração! Uma poesia e uma música com as mãos!”

(Lana Prince Linden)

RESUMO

O presente estudo aborda a Educação Inclusiva, a qual tem passado por desafios para ser inserida no ambiente escolar, além de discorrer sobre a importância da Libras para crianças surdas e ouvintes. No aspecto da Educação Inclusiva no Ensino Infantil, a inserção da Língua Brasileira de Sinais tem passado por períodos de resistências, resultando em exclusão da criança surda, assim como a inviabilidade de diálogo entre a criança surda e ouvinte. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição da Língua Brasileira de Sinais no Ensino Infantil, no sentido de inclusão da criança surda, assim como a interação entre surdos e ouvintes. Esta pesquisa foi realizada por meio de uma investigação bibliográfica e método qualitativo, analisando artigos, revistas e monografias, abordando ideias relevantes para o desenvolvimento deste trabalho. Os resultados indicam que a Libras é uma alternativa fundamental para que a criança surda seja incluída na sala de aula, ao mesmo tempo que seu contexto cultural é valorizado no ambiente escolar, bem como na sociedade. A criança ouvinte passa a conhecer e respeitar as diferenças do outro, interagir e socializar com o surdo por meio da Libras.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Libras. Ensino Infantil. Surdos. Ouvintes.

ABSTRACT

This study addresses Inclusive Education, which has gone through challenges to be inserted in the school environment, in addition to discussing the importance of Libras for deaf and hearing children. In the aspect of Inclusive Education in Early Childhood Education, the insertion of Brazilian Sign Language has gone through periods of resistance, resulting in the exclusion of the deaf child, as well as the impossibility of dialogue between the deaf child and the hearing child. In this sense, this work aims to analyze the contribution of Brazilian Sign Language in Kindergarten, towards the inclusion of deaf children, as well as the interaction between deaf and hearing people. This research was carried out through a bibliographical investigation and qualitative method, analyzing articles, journals and monographs, approaching relevant ideas for the development of this work. The results indicate that Libras is a fundamental alternative for deaf children to be included in the classroom, while their cultural context is valued in the school environment, as well as in society. The hearing child gets to know and respect the other's differences, interact and socialize with the deaf through Libras.

Keywords: Inclusive Education. Pounds. Kindergarten. Deaf. Listeners.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS;

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL;

CNE – CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO;

INES – INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS;

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO;

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR;

CNE/CEB – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

LISTA DAS TABELAS

TABELA 1: LIVROS/CAPÍTULOS DE LIVROS.....	27
TABELA 2: MONOGRAFIAS.....	28
TABELA 3: TESES.....	28
TABELA 4: ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	29
TABELA 5: MARCOS LEGAIS.....	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS.....	13
1.2 OBJETIVOS GERAIS.....	13
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DAS PESSOAS SURDAS.....	14
2.2 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.....	18
2.3 A LIBRAS NA EDUCAÇÃO PARA SURDOS E OUVINTES.....	21
2.4 O ENSINO DA LIBRAS.....	23
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	26
3.1 LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS.....	26
3.2 LEITURA DO MATERIAL.....	27
3.3 FICHAMENTOS.....	35
3.4 ORGANIZAÇÃO LÓGICA DO ASSUNTO.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36
4.1 IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO.....	36
4.2 AFETIVIDADE ENTRE CRIANÇAS SURDAS E OUVINTES.....	37
4.3 DIFICULDADE DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFERENTE À LIBRAS	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
6. REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A experiência da inclusão no meio escolar tem sido desafiadora. A sala de aula vivenciada diariamente pelos alunos com necessidades específicas, depara-se com profissionais que precisam reavaliar seus métodos, a fim de que seja proporcionado um rendimento efetivo do direito à inclusão.

De acordo com Torres, Cruz e Henrique (2019, p. 125) “a inclusão escolar deve ocorrer de forma natural e espontânea, precisa ser um espaço acolhedor e transformador, instigando as crianças a comunicação dentro de uma proposta inclusiva de forma prazerosa, o papel do professor também é crucial”. Porém, tratando-se da criança surda, mesmo existindo diversos avanços no âmbito educacional, prevalecem limitações quanto à inserção de Libras na esfera educacional, privando este público da efetiva inclusão.

A criança surda tem nível linguístico limitado, primeiramente devido à sua deficiência e, em segundo plano, por geralmente o convívio dessa criança se dar com pessoas ouvintes, fazendo com que ela aprenda alguns sinais naturais ou não tenha nenhuma interação, sendo uma pessoa isolada e excluída da sociedade, gerando preconceito, dificuldade na cognição e na afetividade ao ser inserida no âmbito escolar. Segundo Rodrigo e Prado (2018, p. 81) “essa defasagem linguística resulta na dificuldade de acesso às informações, aos saberes valorizados socialmente e, conseqüentemente, na exclusão social dos indivíduos surdos”.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado “A importância da língua brasileira de sinais (Libras) no contexto escolar”, busca abordar o ensino da língua de sinais para a contribuição destes dois públicos.

A escolha do tema se deu pela realidade na qual a maioria das escolas vivenciam com relação à Educação Inclusiva, pois, atualmente, a maioria das escolas não contam com professores proficientes em Libras ou que tenha conhecimentos da cultura surda, especificamente no âmbito escolar. Foi delineada esta temática sobre o uso da Libras na Educação, porque determinados campos não discutem a presença da Libras como primeira língua para crianças surdas e estimulação. A partir de nossas vivências escolares e de estudos na área, é possível perceber que o atual cenário escolar não consta em geral com muitos professores proficientes em Libras e que tenham conhecimentos acerca das singularidades da cultura surda, especificamente

no aspecto da Educação Infantil e interação entre alunos surdos e ouvintes. Então, de acordo com Alves (2019, p. 01):

Não basta ter conhecimento mínimo da Libras como meio de comunicação, é preciso adquirir proficiência na alfabetização e letramento de crianças surdas e dos caminhos necessários para chegar ao aprendizado mais significativo a eles.

Deste modo, os professores precisam colaborar positivamente, com a interação de promover a aprendizagem de crianças surdas ao incluí-las na prática da Língua Brasileira de Sinais e, ao mesmo tempo, incentivar as crianças ouvintes a adquirirem algum domínio de interagir com alunos surdos por meio de sinais e expressões possibilitadas pela Libras.

A problematização desta pesquisa está em compreender o seguinte questionamento: Como a inserção da Libras na Educação favorece a inclusão da criança surda e contribui com o desenvolvimento da aprendizagem e comunicação das crianças surdas e ouvintes?

Tal indagação foi propícia para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso e para nos fazer refletir sobre a excelência do tema.

Esta análise se configura como uma pesquisa qualitativa, recorrendo à investigação bibliográfica, a qual cumpre os passos orientados para este tipo de pesquisa elencados por Gil (2008). Para o seu desenvolvimento, buscou-se apoio em artigos científicos, livros, revistas científicas e outros apoios na área. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 158), a pesquisa bibliográfica “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.”

Assim, aplica-se uma abordagem teórica que retrata sobre a temática da Educação Inclusiva e a importância da Libras no âmbito escolar para crianças surdas e ouvintes. Foram realizados estudos sobre o tema, na intenção de organizar os aspectos da pesquisa, apresentando ideias de autores como: Silva et al (2018), que tratam da importância da Libras na Educação Infantil; Torres, Cruz e Henrique (2019), que visam trazer reflexões sobre a Língua Brasileira de Sinais em uma perspectiva inclusiva; Silva, Modesto e Fukui (2019), que enfatizam sobre a importância da

inclusão da Libras e influência dos recursos utilizados no Ensino Infantil; Lima e Barbosa (2019), Alves (2019), Cananéa (2019), Freitas e Araújo (2020), dentre outros.

O estudo monográfico encontra-se organizado em tópicos, onde o primeiro apresenta o tema da pesquisa, problemática e objetivos; o segundo, expõe fundamentação teórica, trazendo abordagens sobre histórico da Educação e Inclusão dos Surdos; a Língua Brasileira de Sinais – Libras; A Libras na Educação Infantil para surdos e ouvintes e Metodologias inclusivas para o ensino da Libras; por conseguinte, os demais tópicos descrevem os métodos, resultados, discussão e finalmente as considerações deste trabalho.

1.1 OBJETIVOS

1.2 GERAIS

Analisar a influência da Libras no meio escolar, diante a comunicação, interação, socialização e afetividade entre crianças surdas e ouvintes.

1.3 ESPECÍFICOS

Manifestar a finalidade da Língua Brasileira de Sinais no ensino, diante da inclusão da criança surda, fazendo interação entre surdos e ouvintes;

Familiarizar-se à amplificação e aprendizagem profissional de professores, de modo reflexível, no contexto da inclusão da pessoa surda;

Indagar sobre a contribuição e formação profissional de professores, de modo reflexível da inclusão da criança surda na Educação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DAS PESSOAS SURDAS

No decorrer dos anos, ocorreram várias mudanças na educação das crianças. De início, as crianças não eram diferenciadas dos adultos, sua singularidade de criança não era levada em conta. Isto acontecia, conforme Ariès (1973), na idade média, onde as crianças não possuíam diferenças em relação às pessoas adultas, pois elas “eram vistas como adultos em miniaturas”, assim como, sem afetividade com os pais, se vestiam como adultos.

Neste contexto, as crianças com deficiência não eram percebidas, e sequer tinham direito à participação familiar. Na Idade Média, as pessoas com deficiência eram abrigadas em igrejas, conventos, hospícios e asilos, sendo colocadas à margem da sociedade. As pessoas com deficiência, neste percurso, passaram por maneiras diversas de exclusão. Do extermínio ao abandono, do período da exposição a um novo período em que podiam continuar vivas, embora ainda vistas como pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas.

Até o século XVIII, parte do que se compreendia a respeito da deficiência era vinculado ao misticismo e ocultismo, havendo pouca base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. De acordo com Mazzota (2005, p.16), “a falta de conhecimento sobre as deficiências fazia com que essas pessoas fossem marginalizadas, ignoradas”.

Na Primeira República, de acordo com Schueler e Magaldi (2009, p. 02), foi o “lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil”. A escola elementar era a chamada escola primária, criada nos anos de 1870, na Primeira República, implantadas em vários estados como: Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, dentre outros.

Às crianças com deficiência, segundo Bianchetti (1995), inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos, alguns brasileiros iniciaram, ainda no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, pessoas com deficiências mentais e físicas. Como exemplo, o Instituto Benjamin

Constant (antigo Imperial Instituto dos Meninos Cegos), fundado em 1854, no Rio de Janeiro, foi a primeira instituição de educação especial da América Latina, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, fundado em 1857 também no Rio de Janeiro, ambos ainda em funcionamento.

O processo de escolarização dos estudantes, seguia segregado, e os conteúdos e métodos foram sendo aprimorados no século XIX. De acordo com Souza, (2000, p. 02) “difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social”. A escola nova seguia um percurso de formação para um homem novo, envolvendo o desenvolvimento industrial e a urbanização, onde cada vez mais o homem buscava dirigir-se para as cidades em busca de formação e, posteriormente, à formação na Escola Nova.

Na escola, as crianças eram colocadas na mesma sala e sem separações por faixa etária. As crianças não possuíam laços familiares, sendo muitas vezes separadas dos seus pais ou até mesmo abandonadas por eles, e tinham que se adequar às maneiras estabelecidas, visto que não eram consideradas as suas particularidades, muito menos suas fragilidades.

Acerca do processo de inclusão e educação, muito se desenvolveu no Brasil, ao longo dos anos. A partir das décadas de 1960 a 1980, tem-se a proposta de um novo modelo de convivência social, tendo como princípios a individualização, a normalização e a integração. A emergência dos movimentos sociais em prol dos direitos humanos favoreceu a uma perspectiva de inserção das minorias nos grupos sociais. Como nos conduz Mendes (2006) à reflexão, nessa época, se buscou conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários.

Neste contexto, na Constituição Federal de 1988, no inciso III do artigo 208, assim como a Lei nº 8.069, de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, no inciso III do artigo 54, foi previsto como um dos deveres do Estado, a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988; 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei de número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata dos direitos Educacionais do Ensino Infantil ao Ensino Superior, afirma que “a educação, é dever da família e do Estado”. Especificamente

na Educação Infantil, a LDB aborda o Ensino Infantil como primeira etapa da Educação Básica, onde a mesma objetiva incentivar o desenvolvimento de diversos aspectos da criança, como físico, psicológico, social e ainda acrescentar as atitudes tanto da família como da comunidade.

A aprovação da LDB foi uma conquista para o público infantil, já que, até então, não existia uma adequação para o ensino em cada etapa. O público infantil passou a ser visto como sendo criança e não como adulto, e ser tratado como tal.

Além da LDB, Torres, Cruz e Henrique (2019) mencionam as Diretrizes Curriculares elaboradas pelo MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Tais diretrizes traziam como principal objetivo a inclusão de crianças de 0 a 3 anos de idade nas creches, e de 4 a 5 anos na pré-escola. Ainda, tais autores citam que, em 1998, foi publicado o Referencial Curricular Nacional, com a finalidade de reger a educação em seu processo inclusivo de maneira avaliativa.

Historicamente, falando sobre a inclusão da criança com deficiência, Dainez e Smolka (2019), apresentam como abordagem o “movimento de formação e ampliação do direito educacional/escolar a essa população”. Sobre a LDBEN, nº 5.692/71, especificamente em seu Art. 9º: “Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação”. Nesse sentido, o artigo citado visava garantir em lei o tratamento especial aos alunos com algum tipo de deficiência desde a primeira etapa escolar, até então chamadas de 1º grau.

Castro e Dall’Acqua (2013, p. 1175) “apresenta, ainda, alguns dados do Censo Escolar entre os anos 1998 e 2006, ilustrando o aumento das matrículas de alunos com deficiência nas escolas comuns”. Neste aspecto, é importante acrescentar que as leis buscam garantir uma educação inclusiva, onde a criança, especificamente surda, tenha seu direito garantido, podendo ser incluída na escola, onde possa interagir socialmente com crianças ouvintes e assim não se sinta excluída e, de fato, aprenda. As leis, não garantem a inclusão, é necessário que a escola desenvolva alternativas para atender às crianças surdas com foco na inclusão destas na sala de aula com alunos ouvintes.

O Instituto Nacional de Educação dos Surdos (2018) discorre que, no ano de 1896, o método oralista passou a ser considerado ineficiente para os surdos devido à sua pouca falta de retorno nestes métodos que deveriam ser eficazes para as crianças surdas. Notou-se essa ineficiência logo no início, no entanto, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ainda não era de fato reconhecida oficialmente.

Em 1994, foi aprovada a Declaração de Salamanca, que apresentou possibilidades em direção à educação para todos, considerando as necessidades de cada estudante, onde todos devem aprender juntos. Neste instante, a Educação Inclusiva ganhou mais força, a partir de um princípio fundamental, afirmando que:

[...] todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, 1994, p. 05)

Em 2005, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser oficialmente reconhecida por meio do Decreto 5.626/2005, sendo uma significativa conquista histórica para as pessoas surdas, pois até então não existia uma política que referenciasse o ensino para surdos na escola. O referido Decreto apresenta, em seu cap. III, a viabilização da formação bilíngue para alunos surdos, que deve ser ofertada em qualquer escola.

Sobre o reconhecimento da Libras, por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, considera-se como “meio legal de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. (BRASIL, art. 1º, 2002, p. 01). Quando aconteceu este reconhecimento, os surdos passaram a ganhar força, a conquistar seus direitos em Lei e assim buscar a garantia de sua inclusão escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), “que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando

constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes” fala sobre as diversas lutas para que a Educação Inclusiva fosse implantada a fim de melhorar a vida daqueles que buscam pela educação um futuro promissor.

Este foi um dos documentos mais importantes na perspectiva da inclusão. E no Decreto 7.611/2011, nota-se que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências”.

Ainda na linha da Inclusão, foi de fundamental importância a criação da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Assim, a Lei em parte referente ao direito à educação em seu capítulo IV, dita que se deve haver:

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; XII - Oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; § 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte: I - Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; II - Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras;

Esta lei é considerada o Estatuto da Pessoa com deficiência, a qual cita todas as temáticas necessárias à presença da pessoa surda no ambiente escolar, a importância da Libras, além da obrigatoriedade do intérprete e do professor de Libras.

As políticas federais no meio da Educação Inclusiva apresentam inúmeros marcos históricos, especificamente para a comunidade surda. Vale ressaltar que todas as conquistas, e, especificamente, esta última legislação, tem sido resultado de movimentos que reivindicavam a inclusão dos surdos em qualquer escola.

2.2A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Como citado anteriormente, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser oficialmente reconhecida, por meio do Decreto 5.626/2005, somente no ano de 2005. Na concepção de Augusto (2019, p. 14), tal oficialização ocasionou “a valorização da comunicação, ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, aproximando a realidade e cultura surda a todos, fazendo com que outras áreas de investigação voltassem suas pesquisas para o contexto linguístico que envolve a Libras”.

Neste sentido, os surdos passaram a ter um melhor desenvolvimento no âmbito escolar, facilitando o convívio, que deveria ser natural. Porém, o diálogo entre pessoas surdas e ouvintes ainda era inviável, devido à ausência da Libras. A falta da Língua Brasileira de Sinais se tornou um problema, quando se percebeu que não havia um diálogo entre as pessoas surdas, mas um monólogo por parte das pessoas ouvintes.

De acordo com Lima e Barbosa (2019, p. 04), “a Língua Brasileira de Sinais, bem como a cultura surda, vem progredindo em diferentes campos da sociedade, uma vez que ela passou a ser disseminada no contexto das instituições escolares de diversos segmentos, de espaços públicos e privados”. A partir da execução da Libras, designadamente, verifica-se que passou a existir intensa vantagem em relação à inclusão da pessoa surda nas comunidades, locais públicos e nas escolas.

Cotidianamente, mais pessoas utilizam a Libras na comunicação com a pessoa surda, fazendo assim refletirmos sua indispensabilidade na sociedade, pois os surdos são indivíduos que possuem os mesmos direitos que as outras pessoas, fazendo-se necessário o uso da Libras no meio escolar.

Quanto a inserção da Libras no contexto escolar, Mendonça et al (2018, p. 11) afirmam que “posto isso, vale ressaltar que, embora a Constituição afirme ser fundamental a presença de tradutores e intérpretes de Libras nas instituições de ensino, o ensino de Libras não é componente curricular obrigatório”. No aspecto educacional, sabemos que, pelo fato de não ser exigido que as instituições escolares sejam obrigadas a oferecer a Libras no currículo, fica uma lacuna que, geralmente, impede que o aluno surdo aprenda e tenha contato precocemente com sua língua

materna que é a Língua Brasileira de Sinais. Em contrapartida, os alunos ouvintes geralmente não conhecem a Libras em seu ambiente escolar, limitando e/ou excluindo totalmente a interação entre ambos os públicos.

A Língua Brasileira de Sinais possui suas particularidades para as pessoas surdas e é considerada a língua natural deste público.

Sua modalidade é a gestual-visual, porque utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Assim, ela diferencia-se da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva, caracterizada por utilizar como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. (ROCHA, LIMA E QUEIROZ, 2018, p. 44).

Neste enfoque, o autor enfatiza sobre a execução da Libras entre as pessoas (sejam surdas e/ou ouvintes), que se realiza mediante muitos gestos e expressões, que é rica em detalhes que certamente tendem a despertar um interesse dialogal entre os públicos envolvidos em uma comunicação em Libras. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), citado por LIMA (2006, p. 26), “a aquisição da Libras desde a tenra idade possibilita às crianças surdas maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades”.

Para Santiago, Guerra e Geglio (2011 apud CANANEA 2019, p. 27), a Libras é “composta de um alfabeto manual e uma infinidade de sinais que se organizam por meio de alguns parâmetros linguísticos, tais como: configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, direção e expressão facial e corporal”. Sendo assim, diferente da Língua Portuguesa “oral-auditiva”, a Libras tem seus aspectos dinâmicos expostos no momento em que é colocada em prática, demonstrando sentimentos por meio de expressões faciais que contemplam a visão e outros proveitos que ela possui, fazendo com que a pessoa surda seja entendida.

É necessário proporcionar à Língua Brasileira de Sinais a mesma importância dada a Língua Portuguesa, pois como afirma Augusto (2019, p. 11) “assim como uma criança sem problemas auditivos precisa aprender uma língua para conseguir se expressar e compreender o que acontece à sua volta, com a criança surda isso não é diferente”. Desta maneira, a Libras tende a ser prioridade no ensino à criança surda, considerando que “é o idioma materno dela e o português será sua segunda língua”. (AUGUSTO, 2019, p. 11).

Ainda neste contexto, Neto (2019, p. 24), menciona que

a Língua de Sinais, assim como a língua falada, é composta por sua própria gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos que preenchem os requisitos básicos para ser considerado um processo linguístico visualmente que é diferente da língua de ouvintes em suas estruturas.

Desta forma, as pessoas surdas utilizam os movimentos possibilitados pelo sistema motor, no sentido de compensar à ausência de audição, ou seja, pelo fato de possuírem seu sistema sensorial afetado. Assim, o sinal é o modo facilitador da comunicação do surdo, da mesma forma que, a fala entre pessoas ouvintes é a alternativa mais eficiente para que aconteça o diálogo entre ambos. À vista disso, é significativamente marcante a conquista da Língua Brasileira de Sinais, considerando que, por meio da execução dela, acontece a inclusão das pessoas surdas e sua cultura passa a ser visualizada pelas pessoas ouvintes por meio de um ângulo sem intolerância, excluindo um pensamento enraizado de que “as pessoas surdas são limitadas”.

Considerando que a Libras deve ser prioridade para a educação dos surdos como L1, o professor desta língua caracteriza-se como sendo um dos maiores pilares frente à garantia de inclusão de tais educandos, visando proporcionar a capacidade destes serem inseridos na sociedade respeitosamente.

Faz-se indispensável favorecer que o professor regente junto com o professor Surdo e o intérprete de Libras conheça as especificidades que envolve as bases de aquisição da língua e da linguagem para criança surda, adquirindo meios, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento do ensino dentro do contexto educacional inclusivo. (ALVES, 2019, p. 5)

Neste ramo, o professor de Libras, de maneira inclusiva, certamente almeja aprofundar os conhecimentos prévios dos alunos, buscando desempenhar um papel de modo acolhedor, oportunizando uma experiência facilitadora para o educando surdo, no sentido de garantir que a Libras seja efetivada como primeira língua do público surdo e a língua Portuguesa como L2, como forma de preparar o educando na compreensão de leituras textuais, escritos, etc.

O professor de Libras assim como o intérprete possibilitam uma maior viabilidade de apresentar ao aluno surdo a sua língua materna (Libras), desta forma:

Na defesa do uso da língua de sinais como língua ideal para dar sustentação a toda atividade intelectual de sujeitos surdos, os adeptos dessa orientação defendem que é possível, por meio de práticas pedagógicas de letramento, levar o aluno surdo a apropriar-se da língua portuguesa escrita, em toda a sua complexidade, sem recorrer à oralidade. (SILVA; BOLSONELLO, 2014, p. 02).

Assim, quando o aluno tem uma proximidade significativa com a língua de sinais, acontece uma melhor apropriação da língua na modalidade escrita. Trabalhar L1 e L2 em sala de aula tende a ser a melhor alternativa para a efetivação do aluno surdo. O parecer NCE/CEB nº 20 de novembro de 2009, trata sobre a importância das articulações realizadas pelos educadores.

A professora e o professor necessitam articular condições de organização dos espaços, tempos, materiais e das interações nas atividades para que as crianças possam expressar sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no desenho e em suas primeiras tentativas de escrita (BRASIL, 2009, p. 14).

Desta forma, os professores em geral, e em especial o educador da Libras, por ser o mais preparado para atender os alunos surdos, têm de articular, planejar e buscar alternativas que fortaleçam a inserção da criança, respeitando suas particularidades. O apoio do profissional de Libras é indispensável diante da inclusão e desenvolvimento dos surdos por meio da Língua brasileira de Sinais, como L1.

2.3A LIBRAS NA EDUCAÇÃO PARA SURDOS E OUVINTES

A educação inclusiva é responsável por inserir as pessoas com necessidades especiais no meio escolar. Incluir não está apenas direcionado à criação de novas leis, garantir a matrícula e inserir a criança dentro da escola, mas sim buscar alternativas que de fato contribuam com a aprendizagem e evolução infantil, baseando-se nas diretrizes e bases que visam garantir o direito básico à educação. Especificamente sobre os alunos surdos e seus direitos, Torres, Cruz e Henrique (2019, p. 125) mencionam que “a educação das crianças surdas vem sendo discutida há muito tempo, ganha forças devido as leis que amparam a educação inclusiva,

dentro desse paradigma o bilinguismo abre novas oportunidades de interação com os seus colegas ouvintes”. Por meio da possibilidade de bilinguismo no ambiente escolar, a inclusão do público surdo e sua valorização individual tende a acontecer efetivamente.

Lodi (2013, p. 54) considera que “o desenvolvimento de linguagem/apropriação da Libras pelos alunos surdos nos primeiros anos escolares é assegurado e, por conseguinte, garante-se uma sólida base educacional, uma vez que esta é desenvolvida em uma língua acessível aos alunos”. Quando a criança surda é inserida na escola de forma inclusiva, os direitos começam a acontecer. E quando falamos em inclusão, não estamos especificamente enfatizando o fato de inserir a criança com surdez no âmbito educacional.

Silva, Modesto e Fukui (2019) ainda acrescentam que a inclusão depende do professor que busca destacar as facilidades e potencialidades durante a prática da aprendizagem, mas principalmente da forma que as crianças aprendem a socializar umas com as outras, respeitando as diferenças. A aplicação da Libras, especificamente no Ensino Infantil, colabora efetivamente com a inclusão das crianças surdas, que no momento que é desprezado qualquer forma de preconceito, a criança ouvinte passa a interagir com a criança surda e compreender que as diferenças não são de fato o que se encontra em ênfase, mas sim a forma como é abordada a aceitação do outro em suas particularidades.

É repleta de desafios a educação para os surdos, onde embora aconteçam conquistas, persistem também preconceitos, prevalecendo a insistência de tentativa em oralizar o surdo. De acordo com Witkoski (2009, p. 565), “ao implicitamente não aceitar a diferença linguística, de percepção do mundo e forma de ser, essas práticas mascaram os preconceitos. Elas promovem uma ‘pseudoinviabilização’ da surdez, realizada com o argumento de uma pretensa integração entre surdos e ouvintes”. É, pois, uma inserção responsável e necessária da Libras e da Língua Portuguesa de forma cautelosa, impedindo assim a exclusão dos surdos na efetivação de sua língua materna.

Quando os educandos surdos passam a conviver com as pessoas ouvintes e a Libras passa a ser utilizada em sala de aula, começa a existir uma maturidade entre ambos, de forma que o surdo se sente incluído e acolhido pelos demais, e os ouvintes

desenvolvem afeto e melhor comunicação, aceitação das diferenças que existem e ao mesmo tempo acontece o respeito entre todas as crianças que constroem novos conceitos acerca das pessoas surdas.

Sobre Libras na Educação Infantil:

[...] é imprescindível que o sujeito surdo tenha oportunidades iguais a qualquer outro sujeito e isto somente acontecerá se lhe for permitido à aprendizagem de uma língua que lhe proporcione esta interação com a sociedade, [...] outro fator importante para esta interação que é a convivência com a comunidade surda que tem muita importância no desenvolvimento da identidade, pois nessa comunidade a língua de sinais ocorre de forma espontânea e efetiva e todo sujeito precisa interagir em seu meio, apropriar-se de sua cultura e de sua história, e formar sua identidade por intermédio do convívio com o outro. (SILVA; MODESTO; FUKUI, 2019, p. 56).

Torres, Cruz e Henrique (2019) enfatizam o quanto é importante a inserção de Libras no ambiente escolar, pois a Língua Brasileira de Sinais facilita o diálogo, a conversa entre o público surdo e público ouvinte contribuindo com a interação entre alunos e professores.

2.40 ENSINO DA LIBRAS

Na perspectiva da Educação Inclusiva, é necessário que aconteça a utilização de metodologias e recursos adaptados que atendam ao público surdo e ouvinte, considerando que deve acontecer o ensino bilíngue e as barreiras de metodologias tradicionais sejam quebradas, dando espaço às práticas que facilitem a aprendizagem e a comunicação. Para isso, primeiramente é necessário:

Pensar em um ambiente de inclusão para o aluno surdo seria pensar em um ambiente onde o mesmo fosse capaz de interagir com todos, nos momentos que achasse oportuno para favorecer seu desenvolvimento; um ambiente onde as metodologias fossem pensadas para o aluno com surdez levando em consideração seu modo de percepção do mundo através de sua língua e também um ambiente onde ele não sofresse o preconceito de ser deixado à margem dos demais, por não falar a mesma língua da maioria. (CANANÉA, 2019, p. 27).

Existe uma diversidade escolar ampla que leva o corpo docente a refletir sobre metodologias que possam ser utilizadas em sala de aula e que atendam às particularidades dos alunos, e, principalmente, em se tratando de uma sala de aula que possua alunos surdos e ouvintes. Para Freitas e Araújo (2020, p. 02), em concordância, “o grande desafio na educação atualmente é oferecer um ensino que atenda alunos surdos e ouvintes, juntos, em sala de aula, e estabelecer para esses grupos a comunicação, ou seja, a Libras para os alunos surdos e a língua portuguesa para os ouvintes”. É bastante desafiador para o professor utilizar a Libras e a Língua Portuguesa no mesmo espaço escolar. Por isso, é necessário que o professor esteja capacitado para as diversas ocasiões que tendem a ocorrer na sala de aula e, principalmente, que a inclusão seja prioridade.

De acordo com Silva, Modesto e Fukui (2019, p. 59), “os professores têm que ser qualificados e saber lidar com as diferenças, pois tem que ter uma conformidade no modo de ensinar, pois não será ensinada apenas uma língua, mas sim duas”. É importante que os educadores estejam preparados para atender públicos diversificados e, em se tratando de surdos e ouvintes, é importante que o professor repense e planeje suas práticas de forma que atendam tanto as crianças surdas como as crianças ouvintes, desenvolvendo estratégias que favoreçam ambas.

Sobre a utilização da Libras, Cananéa (2019, p. 27) diz que a utilização da língua na etapa infantil além de “favorecer [...] a inclusão do surdo, pode desenvolver nos ouvintes as habilidades tão necessárias [...] com destaque para a atenção, motricidade fina, memória, outras linguagens, interação com a/o educadora/o, curiosidade e iniciativa/ autonomia”. Assim, tais habilidades tendem a facilitar o desenvolvimento da criança surda e da criança ouvinte, considerando que o exercício constante dos sinais intensifica a evolução da memória. A execução dos gestos, sinais e expressões passam a ser algo inédito a ser executado em sala de aula, estimulando a imaginação e aproximando as crianças da praticidade e uso da Libras como alternativa inclusiva. Ainda na perspectiva do autor, na etapa do Ensino Infantil, a criança encontra-se na fase de “aquisição da linguagem”, sendo que a Libras é uma metodologia significativa para desenvolver as competências necessárias para a etapa.

A utilização dos recursos criativos que contenham figuras, materiais lúdicos, painéis, dentre outros, tendem a possibilitar a interação e aprendizagem tanto do aluno surdo, quanto do aluno ouvinte. Cananéa (2019, p. 30) considera que “na

linguagem oral (falada), também são apresentadas diferentes atividades que trabalham as linguagens corporal (dança), gestual (teatro) e todo tipo de linguagem que a criança aprende mesmo antes de usar a fala”. Sendo assim, é plausível trabalhar com a Libras em sala de aula utilizando atividades com material concreto que despertem na criança surda e na criança ouvinte o interesse pelas ferramentas aplicadas. Deste modo, os educandos passam a interagir dinamicamente e socializar com ferramentas, como: jogo da memória e/ou quebra-cabeça, no sentido de demonstrar objetos utilizados no cotidiano e o sinal utilizado em Libras.

Quanto à exploração imagética, Reily (2003 apud CORREIA; NEVES, 2019, p. 7) “chama atenção para a importância da imagem no currículo de crianças surdas, atentando para a necessidade do letramento visual nas escolas, sugerindo que os educadores precisam fazer uma maior reflexão sobre o papel da imagem visual na produção do conhecimento”. Por meio do uso de imagens, é possível trabalhar o alfabeto em Libras, onde cada letra pode ser demonstrada por meio da imagem do sinal respectivamente de forma lúdica. Nesse sentido, é importante considerar que no Ensino Infantil é fundamental a utilização de vídeos, cartazes, jogos, dentre outros recursos.

Considerando a relevância da inserção do ensino da Língua Brasileira de Sinais, no sentido de facilitar a inclusão do público surdo, os recursos didáticos são contemplados de maneira mais intensa por estes indivíduos, devido seu melhor desempenho visual e espacial. Sobre a importância das imagens, podemos afirmar que:

[...] a construção da consciência de mundo e a interpretação da realidade são proporcionadas pela percepção da imagem, uma vez que esta acaba constituindo não somente uma ilustração do percebido, mas uma “linguagem” imagética. O uso da imagem e da “linguagem” imagética na literatura, poesia, filme, diálogo, tem significado pelos processos do “ver”, por meio dos olhares e do processamento visual sógnico, próprio dos Sujeitos Surdos-Mudos. (CAMPELLO, 2008, p. 102).

O Atendimento Educacional Especializado, objetiva ofertar apoio aos alunos com deficiência, especificamente em horários opostos às aulas. Quanto aos estudantes

surdos, o serviço visa complementar o processo de inclusão no ambiente escolar.

Deste modo:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 11).

Nas metodologias existem os recursos visuais, que são mais eficientes para a abordagem do ensino da Libras no ambiente escolar, seja na sala de aula regular e/ou na sala de Atendimento Educacional Especializado. Ao utilizar ferramentas imagéticas e letramento visual, o educador contribui efetivamente com o ensino-aprendizagem da criança surda, facilitando sua compreensão em seu contexto cultural, enquanto a criança ouvinte também é despertada por meio dos instrumentos interessantes, permitindo com que se efetue um desenvolvimento interativo entre os sujeitos surdos e sujeitos ouvintes´.

De acordo com a CNE/CEB Nº. 2 (2001, p. 01), “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Portanto, esse é o maior desafio atualmente da inclusão da criança/pessoa surda, a possibilidade de oportunizá-la o seu direito de um ensino de qualidade, por meio das alternativas que facilitem a interação entre surdos e ouvintes.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo buscou seguir uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Neves (1996, p. 01) esta abordagem “costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados”. Deste modo a utilização da pesquisa qualitativa se adequa a proposta investigativa deste estudo bibliográfico.

Com relação ao caráter de pesquisa bibliográfica, este estudo pautou-se, conforme aponta Gil (2008, p. 71), “nas contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto para o aprofundamento em uma temática específica”. A realização da busca investigativa ocorreu por meio de estudos em artigos e revistas científicas, monografias e livros da área, que permitiram uma análise intensa para realizar este trabalho.

Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é composta pelo planejamento, coleta de dados, análise e interpretações e redação. Desta forma, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de uma sequência de fases. São elas: escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação final.

Para alcançar os resultados esperados, foi necessário relacionar e debater sobre a influência da Libras no Ensino, no sentido de contribuir com o desenvolvimento, aprendizagem da criança surda, a fim de promover a interação de todos, surdos e ouvintes, e ainda colaborar com a formação do professor.

3.1 LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS

O levantamento dos estudos bibliográficos preliminares foi realizado a partir de pesquisas em base de dados acadêmicos disponíveis na internet, a exemplo do site do Scielo, Revista Brasileira de Educação Especial, e Periódicos da CAPES. Foi realizada uma primeira seleção com os seguintes descritores: Educação Inclusiva, Libras, Ensino Infantil, Surdos, Ouvintes. As buscas iniciais resultaram em torno de 45 artigos, que, após a leitura de seus respectivos resumos, foi identificado que apenas

38 se aproximavam da discussão escolhida e, em segunda seleção, apenas 31 se aproximavam de fato da temática.

3.2 LEITURA DO MATERIAL

Foram utilizadas informações indispensáveis acerca dos artigos selecionados, fazendo anotações dos tipos de arquivos (livros, monografias, teses, artigos, anais, revistas e marcos legais), das citações, autores, ano de publicação, objetivos, metodologias, resultados e discussão e considerações finais. Nesta etapa foi elaborado o quadro a seguir:

TABELA 1: LIVROS / CAPÍTULOS DE LIVROS

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS - CHAVES	PUBLICAÇÃO
ALVES	2019	A Formação de Professores Ouvintes Para o Ensino Bilíngue (Libras/ Português) de Crianças Surdas nas Escolas Inclusivas	Formação de professores. Ensino bilíngue. Criança surda e escola inclusiva.	Capítulo 1 do livro: A Interlocução de Saberes na Formação Docente, v.3, p.1- 7. Atena editora, 2019.
ARIÈS	1973	História social da criança e da família.	Criança. França. Família. Antropologia textual.	Zahar Editores

TABELA 2: MONOGRAFIAS

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS – CHAVES	PUBLICAÇÃO
AUGUSTO	2019	A Importância do Ensino de Libras para Ouvintes no Curso de Pedagogia	Pedagogia. Libras. Formação de Professores.	Centro Universitário do Sul de Minas – Unis/Mg.
CANANÉA	2019	O Uso da Libras Na Educação Infantil: Uma Experiência Inclusiva no Projeto Aponte	Educação Infantil. Inclusão. Surdez. Libras. Habilidades.	Universidade Federal da Paraíba
NETO	2019	Letramento Visual: Uma Percepção Da Aprendizagem de Alunos Surdos No Ensino Médio	Letramento visual; Multimodalidade; Alunos surdos.	Universidade Federal Rural do Semiárido

Fonte: google acadêmico, 2024

TABELA 3: TESES

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS – CHAVES	PUBLICAÇÕES
CAMPELLO	2008	Aspectos da visualidade na educação de surdos	Educação de sujeitos Surdos. Língua de	Programa de pós graduação De educação da Universidade

			Sinais. Iconicidade. Visualidade. Descrição Imagética.	Federal de Santa Catarina
--	--	--	--	------------------------------

Fonte: google acadêmico, 2024

TABELA 4: ARTIGOS CIENTÍFICOS

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS – CHAVES	PUBLICAÇÕES
CASTRO e DALL'ACQUA	2013	Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012	Não possui	Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial
DAINEZ e SMOLKA	2019	A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva.	Desenvolvime nto humano; Educação especial; Educação inclusiva; Escola pública	Educação e Pesquisa, vol.45.
LODI	2013	Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a	Educação bilíngue para surdos – Inclusão – Política de	Educação e Pesquisa, v. 39.

		Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05.	Educação Especial – Decreto nº 5.626/05.	
SILVA e BOLSANELLO	2014	Atribuição de significado à escrita, por crianças surdas usuárias de língua de sinais	surdas; língua de sinais; escrita de sinais; aquisição da escrita.	Educar em Revista. Educ. rev. no. spe-2.
SCHUELER e MAGALDI	2009	Educação escolar na primeira república: Memória, história e perspectivas de pesquisa.	História da Educação Escolar – Memória – Primeira República	Tempo vol.13 no.2.
SOUZA	2000	Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil.	História do ensino primário. História do currículo. Cultura escolar. Currículo do ensino primário. História das	Cad. CEDES vol.20 no.51.

			disciplinas escolares.	
BARBOSA E QUARESMA	2011	A importância do ensino de Libras – Língua Brasileira de sinais no contexto escolar.	Ensino de Libras, educação de surdos	Editadora Recanto das Letras
LIMA e BARBOSA	2019	O Ensino de Libras Para Crianças Ouvintes: Uma Experiência na Educação Infantil.	Educação infantil - São Francisco do Conde (BA). Língua Brasileira de Sinais - Estudo e ensino - São Francisco do Conde (BA).	Universidade da integração internacional da Lusofônia afro Brasileira
CORREIA E NEVES	2019	A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica.	Recurso pedagógico visual imagético, Educação bilíngue	Revista Educação Especial SANTA MARIA
FREITAS e ARAÚJO	2020	Interdisciplinaridade na Educação de	Não possui	Revista Educação

		Crianças Surdas e Ouvintes: Uma Proposta de Atividades Envolvendo Libras e Meio Ambiente.		Pública, v.20, nº 37, 29
MENDONÇA et al.	2018	A Importância Da Libras Como Componente Curricular Na Educação Básica.	Libras; inclusão; prática pedagógica; língua e comunicação.	Revista Educação: Saberes e Práticas, v. 7, n. 1.
NEVES	1996	Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades	Não possui	Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, n.3
ROCHA, LIMA e QUEIROZ	2018	Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras): Uma Revisão Sistemática da Literatura.	Revisão Sistemática; Libras; Ensino; Tecnologias	Revista Brasileira de Informática na Educação, v.26, n.3, p. 42-60, mar.-set.
RODRIGUES e PRADO	2018	O Ensino de Libras como Segunda Língua para	Não possui	Ponto de Vista em Diversidade e Inclusão, v.04.

		Crianças Ouvintes na Escola Regular: Um Possível Caminho para a Inclusão de Alunos		Rio de Janeiro, 2018. Cap. 10, p. 81-85.
SILVA, MODESTO E FUKUI	2019	A Importância do Ensino de Libras para Crianças Surdas na Educação Infantil.	Educação Infantil. Libras. Aprendizagem.	Revista Psicologia & Saberes, v. 9, n. 17, p. 51-61
SILVA et al	2018	Inclusão Escolar: Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez.	Inclusão. Bilinguismo. Surdos. Educadores.	Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 38 n°3, p. 465-479.
TORRES, CRUZ E HENRIQUE	2019	Libras na Educação Infantil: Diálogos necessários para uma Educação Inclusiva.	Educação e Estado – Brasil. Educação – Aspectos sociais. Educação inclusiva	Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2, v.2, p. 124-133

WITKOSKI	2019	Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada.	Não possui	Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro: v.14, n.42, p. 565 575, set.-dez.
----------	------	--	------------	--

Fonte: google acadêmico, 2024

TABELA 5: MARCOS LEGAIS

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS – CHAVES	PUBLICAÇÕES
BRASIL.	1961	Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.	-	Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
BRASIL.	1971	Lei de diretrizes e bases da educação nacional, n. 5692	-	Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus
BRASIL.	1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394	-	Art. 9º
BRASIL.	2005	Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	-	cap. III

BRASIL.	2002	Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	-	art. 01º
BRASIL.	2011	Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011	-	Planalto
INES	2018	Libras	-	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	2011	RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001.	-	2001, p. 01
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	2009	NCE/CEB nº 20 de novembro de 2009	-	BRASIL, 2009, p. 14.
SEESP/MEC. LIMA.	2006	Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez.	Educação infantil. Educação dos surdos. Atendimento especializado. Educação inclusiva. Brasil. Secretaria de Educação Especial.	Governo de São Paulo
UNESCO	1994	Declaração de Salamanca sobre princípios, política e	-	-

		práticas na área das necessidades educativas especiais.		
--	--	---	--	--

Fonte: google acadêmico, 2024

3.3 FICHAMENTO

Após a análise inicial do material e compiladas as informações da coleta, nesta etapa foram examinadas as ligações metodológicas entre os estudos e discussões, conforme os demais aspectos da bibliografia analisada. Como instrumentos, foram realizados fichamentos diretos.

3.5 ORGANIZAÇÃO LÓGICA DO ASSUNTO

A Organização lógica do assunto se deu pela leitura insistente do material selecionado para assim ser formulado e escrito o trabalho aqui apresentado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dessa intensa busca, nesta análise buscaremos discutir os principais resultados emanados da pesquisa bibliográfica efetivada neste estudo através de categorias de análise. São elas: categoria I – A importância da Libras na educação infantil; Categoria II – Afetividade entre crianças surdas e ouvintes; Categoria III – Dificuldade na formação do professor referente à Libras.

4.1 IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sobre a inclusão da criança surda, a partir do reconhecimento da Libras, por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto de nº 5.626/2005, é importante assegurar que este público passou a ganhar espaço e destaque no ambiente educacional. Quando a Língua Brasileira de Sinais passou a ser inserida na escola, o público passou a ter seu direito reconhecido, que até então era ainda mais limitado (embora ainda seja bastante).

Apesar do intenso debate sobre a necessidade urgente de transformação do sistema de ensino em um ambiente mais inclusivo, justo e mais democrático, as resistências ainda são muitas e, conseqüentemente, o processo em direção à escola mais inclusiva ainda é insuficiente.

Como relata Torres, Cruz e Henrique (2019, p. 131), “é crucial disseminar o estudo da Libras”. Enquanto Freitas e Araújo (2020, p. 02), sobre a associação do “domínio da linguagem presente nas escolas”, e da “Libras como modalidade direta de comunicação entre surdos e surdo, dará aos alunos a condição de integrar conhecimento múltiplo, de modo a dar-lhes condições reais de informação, comunicação e de conhecimento do outro”. Assim, o ensino de Libras é indispensável para que a criança surda seja incluída na sala de aula, de modo que aconteça o efetivo atendimento ao público surdo e ouvinte, ao mesmo tempo que o contexto cultural dos surdos seja valorizado no ambiente escolar, bem como na sociedade.

De acordo com a CNE/CEB Nº 2 (2001, p. 01), “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Portanto, esse é o maior desafio, atualmente, da inclusão da criança/pessoa surda é a possibilidade

de oportunizá-la o seu direito de um ensino de qualidade, por meio das alternativas que facilitem a interação entre surdos e ouvintes.

De acordo com os estudos levantados, a partir dos fundamentos teóricos, os materiais imagéticos chamam atenção de ambos, as articulações e movimentos das mãos e expressões faciais são alguns mecanismos que auxiliam no desenvolvimento motor e de memória, contribuindo com a aprendizagem dos alunos surdos e ouvintes, respectivamente. Conforme Campello (2008, p. 147), “para adaptar-se à ausência do som, os olhos procuram captar as expressões visuais[...]”. Nesse instante podemos perceber o quanto a visão é explorada pelos surdos, assim podemos intensificar o uso de imagens e movimentos para despertar o interesse da criança. Assim, quando utilizado material lúdico associado à Libras e ao português, acontece de fato uma aprendizagem bilíngue, abrangendo todos os educandos, sempre considerando as particularidades existentes de cada aluno.

4.2 AFETIVIDADE ENTRE CRIANÇAS SURDAS E OUVINTES

Conforme, Torres, Cruz e Henrique (2019, p. 129), “a língua de sinais é a primeira língua do surdo; reconhecer a condição bilíngue do surdo é o começo de uma longa barreira de desafios e descobertas; o acolhimento da língua de sinais no meio escolar é imprescindível para o surdo e para seu desenvolvimento”. Pelo fato de a Libras ser considerada a língua materna do público surdo, o ensino desta na Educação Infantil promove a socialização, aprendizagem, e autonomia, despertando nestes alunos o interesse pela mesma, devido a dinâmica alcançada por meio da prática. Então, quando o professor educador insere a Libras como L1 e a Língua Portuguesa como L2 para atender os alunos surdos, oportuniza a ambos a possibilidade de expressão e principalmente reduz a exclusão deste público, que até a atualidade encara esta realidade.

Quanto à importância da Libras para crianças surdas e ouvintes no Ensino Infantil, acontece que, enquanto a criança surda tem seu direito garantido e colocado em prática, a criança ouvinte conhece e valoriza uma cultura diferente, passando a entender que todos os indivíduos são iguais, porém cada um com suas particularidades, aceitando a conviver e aceitar o outro, sem preconceitos. Neste contexto, além de valorizar a cultura surda, a Libras tende a utilizar metodologias dinâmicas.

Quando acontece a inserção da Libras na Educação Infantil, não se observa apenas uma simples inclusão da criança surda, mas esta passa a receber garantia do seu direito quanto à participação no coletivo; ao mesmo tempo, torna-se favorecida em seu âmbito cultural, de forma que a Libras não se limite exclusivamente ao âmbito escolar, mas fortaleça a identificação e a prática da criança surda na sociedade.

Lima e Barbosa (2019) mencionam a Língua Brasileira de Sinais, assim como a cultura surda, que passa a ser destacada nos campos sociais, visto que por muito tempo os surdos foram excluídos da sociedade e conseqüentemente percorreram períodos de “preconceitos linguísticos”. Assim, quando a Libras é inserida no ambiente escolar, especificamente no Ensino Infantil, tanto os estudantes surdos como os estudantes ouvintes tendem a aprender a se comunicar, interagir, fortalecendo as diversas identidades e contextos que estão dentro e fora da escola.

Ainda no tocante às relações existentes entre surdos e ouvintes nesta perspectiva:

Os estudos frequentes têm mostrado o quanto tem sido importante a inserção da Língua brasileira de Sinais Libras no ambiente escolar, especialmente para as crianças surdas, pois esta tende a ser a linguagem habitual da comunidade surda. Esta língua tem possibilitado interação e interpretação mais adequadas durante diálogos de surdos com outros alunos e professores no âmbito educacional. (SILVA et al, 2018, p. 469).

Barbosa e Quaresma (2011) versam que o ensino desta língua tende a ser essencial nas séries iniciais, porém, vai “além da sua importância para o desenvolvimento do surdo”, pois quando existe a utilização da Língua Brasileira de Sinais na escola, em seu coletivo, acontece a promoção e interação entre surdos e ouvintes. Enquanto a criança surda consegue adquirir um melhor desenvolvimento por meio do ensino da Libras, existe a necessidade de ensinar esta Língua de Sinais às crianças surdas e ouvintes, considerando que ambos ainda não possuem um domínio sobre a Libras. Neste seguimento, existe a possibilidade de que aconteça uma efetiva contribuição desta quando inserida logo no início da Educação Infantil, assim, tanto a criança surda, que geralmente vem de família ouvinte, como a criança ouvinte se familiarizam com a língua e ambos constroem um ambiente inclusivo e ao mesmo tempo interativo.

4.3 DIFICULDADE DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFERENTE A LIBRAS

No que se refere as contribuições do professor como principal mediador em sala de aula, acontecem diversos contratempos com relação à disposição de educadores qualificados, de modo que venham a aprender a lidar com as diferenças e ensinar aos aprendentes a aceitar o outro e suas particularidades. No tocante à interação em sala de aula, Cananéa (2019, p. 24) diz que “é preciso que o professor da sala regular construa um novo olhar sobre o estudante com surdez e dissemine isso entre as crianças”.

Para isso, é necessário que aconteça com mais frequência a qualificação profissional, pois quando não existe um intérprete de Libras em sala de aula, o professor da Educação Infantil precisa enfrentar o desafio de dominar duas línguas ao mesmo tempo. Neste instante, é muito significativo que o mesmo reflita sobre suas práticas e a escola tente adequar seu currículo de maneira inclusiva envolvendo práticas metodológicas direcionadas ao público surdo e ouvinte, sempre com a finalidade de incluir todos os envolvidos no âmbito educacional, ou seja, coletivamente.

De fato, existe o desafio do ensino bilíngue, pois a inserção da Libras (L1) deve ser complementada pela Língua Portuguesa (L2). O professor de Libras, quando executa a respectiva língua em sala de aula, inclui a criança surda por meio de seu conhecimento linguístico e suas possibilidades de expressar-se, ao mesmo tempo que ensina à criança ouvinte a compreender a língua e interagir com as crianças surdas. O autor Cananéa (2019, p. 24), fala que “[...] para garantir um ambiente onde todos falem duas línguas é necessário que a Libras passe a fazer parte do currículo escolar para todos, não somente para o surdo e o intérprete”. Assim, a escola fortalece sua abordagem inclusiva com o objetivo de acolher todos os públicos e suas singularidades.

O professor de Libras deve estar à frente da inclusão possibilitada ao aluno surdo no ambiente escolar e na facilitação de diálogo entre o público surdo e ouvinte. Enquanto os demais professores colaboram com o desenvolvimento do português de todos os alunos, considerando que, geralmente, a criança inicia explorando a criatividade, ao mesmo tempo que aprende letras e formação do próprio nome. Para

os surdos, o português complementa a Libras, para os ouvintes, a Libras complementa o português, assim, passa a acontecer uma inclusão integral entre os envolvidos.

Infelizmente, ainda acontecem poucas oportunidades de formação dos professores com relação à Libras, especificamente nas instituições de ensino, além do que o nível de capacitação não é como o exigido, onde apenas algumas escolas oferecem algumas capacitações para professores, mas sempre um número mínimo para educadores de Libras e Intérpretes. De acordo com Alves (2019, p. 02) “o professor regente, ouvinte e oralizante, ensina a todos os alunos concomitantemente e o intérprete de Libras intermedia a comunicação em Língua de Sinais Brasileira”. Deste modo, podemos afirmar que existe um número muito pequeno de professores de Libras, se comparado com os alunos surdos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se no decorrer deste trabalho que a Educação Inclusiva apresenta limites e obstáculos para que ocorra uma efetiva inclusão dos alunos que necessitam de um acolhimento educacional, que garantam seu direito de frequentar a escola e principalmente em serem atendidos conforme suas necessidades. Com a criança surda especificadamente, não tem sido diferente, mesmo com a presença de diversas leis (e que realmente tem sido um avanço notório) que visam garantir o direito de inclusão do aluno surdo, ainda há muito o que ser moldado.

A Libras, mesmo sendo regulamentada, não é efetivamente aplicada em sala de aula, pois a presença de um intérprete de Libras não acontece tão frequentemente ou quase sempre a escola não dispõe deste profissional, resultando em exclusão do aluno surdo mesmo este estando matriculado. Neste instante, o professor de Educação Infantil torna-se responsável em executar práticas metodológicas que envolvam o público surdo, assim como o público ouvinte. A Libras é a melhor alternativa para envolver o aluno surdo em sala de aula, considerando que esta deve ser sua língua materna. Enquanto o aluno ouvinte passa a conhecer, ter seu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais e entender que, por meio da prática desta, acontece um diálogo e interação entre os dois públicos.

Por fim, consideramos que a Libras não é somente a língua dos surdos, mas uma alternativa de inclusão para crianças surdas e ouvintes no Ensino Infantil, vista como mecanismo da comunicação, interação, socialização e afetividade, que deve ser colocada em prática na escola, na família e na sociedade em geral. O professor, ao utilizar a Libras, está incluindo a criança surda no ambiente escolar e ao mesmo tempo facilitando o convívio entre ambos. Para tanto, é fundamental que a escola apresente um sistema educacional direcionado para a Educação Inclusiva, englobando a Libras como alternativa de inserção e preparação para a vida em sociedade, propondo estratégias, facilitando o convívio e fortalecendo o respeito entre as crianças surdas e ouvintes, adquirindo mais cedo sua autonomia, autoconfiança e independência.

Nesse sentido, este estudo pode subsidiar debates sobre a reorientação do currículo escolar com base na educação inclusiva, bem como a necessidade da qualificação pedagógica permanente dos docentes. Enfim, espera-se que este artigo possa construir um auxílio relevante para a conscientização dos futuros educadores.

E, que possa servir de motivação para outras pesquisas que apresentem mais aspectos relevantes como intensificação na qualificação do corpo docente para a melhoria da qualidade da educação ofertada nas escolas que se dizem inclusivas.

6 REFERÊNCIAS

- ALVES, Vanessa Cristina. A Formação de Professores Ouvintes Para o Ensino Bilíngue (Libras/ Português) de Crianças Surdas nas Escolas Inclusivas. **A Interlocução de Saberes na Formação Docente**, v.3, p.1- 7. Ponta Grossa - PR, 2019.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- AUGUSTO, Vanessa Cristina. **A Importância do Ensino de Libras para Ouvintes no Curso de Pedagogia**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) -Centro Universitário do Sul de Minas – Unis/Mg. Varginha, 2019.
- BARBOSA, Sândala. QUARESMA, Soraya. **A importância do ensino de Libras – Língua Brasileira de sinais no contexto escolar. Recanto das Letras**. São Paulo, 2011. Disponível em: ><http://www.recantodasletras.com.br/artigos/30022214>>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- BIANCHETTI, L. **Aspectos Históricos da Educação Especial**. Revista Brasileira de Educação Especial. UFSCar/UNIMEP. São Carlos, v.2, n.3, p.07-19, 1995.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília, DF, 1961.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, n. 5692**. Brasília, DF: MEC, 1971.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm . Acesso em: 12 set. 2023
- BRASIL. **Lei Nº 13.146, De 6 De Julho De 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm. Acesso em: 07 mai. 2024.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP,2008.

BRASIL. Decreto nº **7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 2011.

_____. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001**. Brasília DF, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20 de 11 de novembro de 2009**. Brasília DF:MEC, 2009.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. Tese (Doutorado de Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

CANANÉA, Leandro Batista. **O Uso da Libras na Educação Infantil: Uma Experiência Inclusiva no Projeto Aponte**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2019.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012. In: **Encontro da Associação Brasileira de pesquisadores em Educação Especial, 7.**, 2013, Londrina. Londrina: [s. n.], 2013.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012. In: **Encontro da Associação Brasileira de pesquisadores em Educação Especial, 7.**, 2013, Londrina. Londrina: [s. n.], 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS (INES). **Libras**. 2018. Disponível em: < <https://www.libras.com.br/ines> >. Acesso em: 1 de dez. 2023.

LIMA, Aline Guimarães; BARBOSA, Ana Rita de Cássio Santos. **O Ensino de Libras Para Crianças Ouvintes: Uma Experiência na Educação Infantil**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Bahia, 2019.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.^a ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAZZOTTA, Marcos. J. Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5^a Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

MEC. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. [4. ed.] / elaboração prof.^a Daisy Maria Collet de Araújo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.89 p.: il.

MENDONÇA, Lorena Medeiros et al. A Importância Da Libras Como Componente Curricular Na Educação Básica. **Revista Educação: Saberes e Práticas**, v. 7, n. 1. Brasília, 2018.

MENDES, Enicéia. Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.11, n.33, p.387-405, 2006.

NEVES, José Luiz. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, 2^o. sem./1996.

NETO, Francisco de Acací Viana. **Letramento Visual: Uma Percepção Da Aprendizagem de Alunos Surdos No Ensino Médio**. Monografia (Licenciatura em Letras Libras) - Universidade Federal Rural do Semiárido. Caraúbas – RN, 2019.

REILY, L. H. **As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares surdos**. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. (Orgs.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. Cap. IX (pp.161-192). São Paulo: Plexus, 2003 apud CORREIA, Patrícia Carla da Hora; NEVES, Barbara Coelho. A escuta visual: a Educação de Surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. **Revista Educação Especial**, v. 32, 2019, p. 01-19. Santa Maria, 2019.

RODRIGUES, Sara; PRADO, Rosana. O Ensino de Libras como Segunda Língua para Crianças Ouvintes na Escola Regular: Um Possível Caminho para a Inclusão de Alunos Surdos. In: LIMA, Neusa Rejane Wille et al. (Orgs.). **Ponto de Vista em Diversidade e Inclusão**, v.04. Rio de Janeiro, 2018. Cap. 10, p. 81-85.

ROCHA, Paul Symon Ribeiro; LIMA, Rommel Wladimir de; QUEIROZ, Paulo Gabriel G.; Tecnologias para o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v.26, n.3, p. 42-60, mar.-set. 2018.

SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da; BOLSANELLO, Maria Augusta. Atribuição de significado à escrita, por crianças surdas usuárias de língua de sinais. **Educar em Revista**. Educ. rev. no. spe-2 Curitiba 2014.

SILVA, Kátia Gomes de Oliveira; MODESTO Adélia Pereira dos Santos; FUKUI, Regina Kikui. A Importância do Ensino de Libras para Crianças Surdas na Educação Infantil. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 17, p. 51-61, 2019.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Danielle Sousa da; Monteiro, Rosa; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Inclusão Escolar: Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38 n°3, p. 465-479, 2018.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: Memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo vol.13 no.2**. Niterói, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cad. CEDES vol.20 no.51** Campinas Nov. 2000

TORRES, André Henrique Furtado, CRUZ, Eva da Cruz; HENRIQUE, Victor Hugo de Oliveira. Libras na Educação Infantil: Diálogos necessários para uma Educação Inclusiva. Atenas Editora. **Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2**, v.2, p. 124-133, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: 03 maio 2023.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada, **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro: v.14, n.42, p. 565-575, set.-dez.2009.